

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.905 - RS (2018/0200616-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : AGCO DO BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADOS : MARIA LUIZA DUARTE AHRENDTS - RS010512
FAUSTO ALVES LÉLIS NETO - RS029684
PATRICIA ALTIERI MENEZES E OUTRO(S) - RS062522
AGRAVADO : RENATO ANDRES DELLA FLORA
ADVOGADO : ANA LÚCIA MUCHA - RS073290
INTERES. : ITAIMBE-MAQUINAS LTDA
INTERES. : BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S/A
INTERES. : ALLIANZ SEGUROS S/A

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do NCPC) interposto por **AGCO DO BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.** contra decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea “c”, da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 900/901, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO C/C INDENIZATÓRIA. TRATOR ZERO QUILOMETRO. VÍCIO OCULTO. PRELIMINARES DE NULIDADE, CARÊNCIA DE AÇÃO E ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADAS. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. VÍCIO COMPROVADO. RESOLUÇÃO DEVIDA. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. CONTRATO ACESSÓRIO DE FINANCIAMENTO QUE SEGUE A SORTE DO PRINCIPAL. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO. JUROS DE MORA.

Considerando que a pretensão autoral é de resolução do contrato, a condenação da ré ao ressarcimento do valor pago não configura sentença extra petita, considerando que tal é decorrência lógica do desfazimento da compra e venda.

Fato de o trator ter sido utilizado pelo autor que não retira da parte a possibilidade de pleitear em juízo a resolução do contrato em razão do alegado vício.

Mesmo que a peça que apresentou problema tenha sido fornecida por empresa diversa da fornecedora, essa responde pelos vícios ocorridos, pois é a fabricante do maquinário, razão pela qual não há falar em ilegitimidade passiva.

Ainda que o autor utilize o trator em sua atividade de agricultura, tem-se que configurada relação de consumo na hipótese dos autos, considerando que atua em pequena propriedade rural, sendo hipossuficiente e vulnerável em relação às demandadas.

Tratando-se de vício de produto durável o prazo para reclamação é de noventa dias a partir da constatação deste, nos termos do art. 26, II, do CDC. A reclamação procedida pelo consumidor interrompe o referido prazo, o qual passa a contar a partir da resposta negativa do fornecedor.

Caso concreto em que não decorrido o prazo de noventa dias da última reclamação e o ingresso da demanda.

Vício no maquinário que restou constatado pela perícia realizada durante a instrução do feito, sendo referido pelo expert que o problema é de fabricação e não fora resolvido com as intervenções efetuadas pela demandada, fazendo jus o autor, portanto, à resolução do contrato, nos termos do art. 18, §1º, II, do CDC.

Contrato acessório que segue o destino do principal. Assim, se resolvida a compra e venda, resolve-se também o contrato de financiamento.

Restituição da quantia paga que é devida, devendo esta ser corrigida monetariamente pelo IGPM a contar do desembolso de cada parcela e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação.

Transtornos suportados pelo apelante em decorrência dos vícios apresentados pelo trator, situação que o obrigou a contatar às rés por várias vezes para a correção dos defeitos, sem que, ao final, fossem resolvidos, superam os meros dissabores das relações cotidianas, configurando o dano moral.

Quantum indenizatório arbitrado em R\$ 30.000,00 que comporta redução para R\$ 15.000,00, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade frente às circunstâncias do caso concreto.

PRIMEIRO APELO DESPROVIDO.

DEMAIS APELOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração (fls. 926/929, e-STJ), esses foram acolhidos com efeitos infringentes. O acórdão restou assim ementado (fls. 950/954, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. OMISSÃO EXISTENTE. VÍCIO SANADO. EFEITO INFRINGENTE.

Da quantia a ser restituída ao autor, pelo desfazimento da compra e venda do trator em razão dos vícios que este apresentou, deve ser abatido o valor concernente à utilização do bem pela parte autora, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, sob pena de enriquecimento ilícito por parte desta.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE.

UNÂNIME.

Nas razões do recurso especial (fls. 967/976, e-STJ), o ora agravante apontou dissídio jurisprudencial, sob a alegação de ofensa aos artigos 186 do Código Civil. Afirmou que “a condenação ao ressarcimento dos danos extrapatrimoniais se deu exclusivamente com base na alegação de que o consumidor Recorrido contatou por mais de uma vez a concessionária onde adquiriu o trator”. Argumentou que não há qualquer referência aos sentimentos de dor, angústia, vergonha, constrangimento e insegurança.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, negou-se seguimento ao reclamo, sob o fundamento da incidência da súmula 7/STJ, bem como pela ausência de demonstração do cotejo analítico.

Daí o presente agravo (fls. 1136/1161, e-STJ), que busca destrancar o processamento daquela insurgência

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

A irresignação não merece prosperar.

1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de não caber a verificação da ocorrência do dano moral com base em divergência jurisprudencial, seja pela grande diversidade que todos os casos guardam entre si, a impedir a realização de um cotejo válido, seja pela necessidade de análise do conteúdo fático-probatório dos autos, a atrair o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. A indenização por danos morais fixada em quantum sintonizado aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade não autoriza sua modificação em sede de recurso especial, dada a necessidade de exame de elementos de ordem fática, cabendo sua revisão apenas em casos de manifesta excessividade ou irrisoriedade do valor arbitrado, o que não se evidencia no presente caso. Incidência da Súmula 7 do STJ.

Precedentes.

1.1. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido enunciado sumular impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1300859/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018; grifou-se)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZATÓRIA. DECISÃO FUNDADA EM ELEMENTOS FÁTICOS E CONTRATUAIS. REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. VALOR ARBITRADO PARA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - NÃO EXORBITÂNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. ANÁLISE DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL OBSTADA PELA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO INTERNO DE VIVER EMPREENDIMENTOS LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRAS DESPROVIDO.

1. Para o acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir as conclusões contidas no decisum atacado, o que, forçosamente, demandaria a rediscussão de matéria fática e contratual, incidindo, na espécie, as Súmulas 5 e 7 deste Tribunal Superior.

2. No presente caso, em que a indenização pelos danos morais foi arbitrada em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada autor, não se verifica a exorbitância que justificaria a sua revisão, incidindo a Súmula 7/STJ a impedir o conhecimento do recurso.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática

do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1328658/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018; grifou-se)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nega-se provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

